

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLC nº 30, de 2014)

Dê-se ao § 1º do art. 14 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, na forma do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2014, a seguinte redação:

“**Art.14**

.....
§ 1º O provimento derivado da titularidade da delegação far-se-á por remoção, mas somente para serventia de mesma natureza, mediante concurso de títulos.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Conforme assentado pela doutrina (Hely Lopes Meirelles, Celso Antonio Bandeira de Mello etc.), na remoção não existe alteração do cargo do titular. Ou seja, o beneficiado por ela muda o local onde presta os serviços, mas continua realizando as mesmas tarefas.

Assim, deve haver remoção somente para serventia de mesma natureza mediante concurso de títulos.

Com a presente emenda, além de o dispositivo legal se adequar ao entendimento doutrinário, nos concursos haverá sempre mais vagas para o provimento mediante concurso público de provas e títulos de ingresso, prestigiando-se esse concurso público.

Lembre-se de que o interessado na remoção já ingressou na atividade notarial e de registro mediante aprovação em concurso público de provas e títulos ou pelo preenchimento dos requisitos legais.

Sala da Comissão,

Senador **PAULO BAUER**

